



NOVO ESTATUTO:

No plebiscito, abstenções superam votos.

Página 10

Agência F4



O reitor Jorge Nagle e o tradutor, professor Salinas Fortes autografam o livro. O adido cultural da França, Yvon Vache, esteve no lançamento.

Conferência de Sartre já está nas livrarias

Como parte das comemorações dos 10 anos de existência da UNESP, foi realizado no dia 1 de setembro, na Reitoria, o lançamento do livro "Sartre no Brasil — A Conferência de Araraquara". O evento contou com a participação de diretores e docentes de vários campus, e

também de alguns intelectuais que estiveram presentes na conferência, em 1960, na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Araraquara (hoje ILCSE). Além do professor Luiz Roberto Salinas Fortes, tradutor do livro, compareceram os professores Michel Debrun,

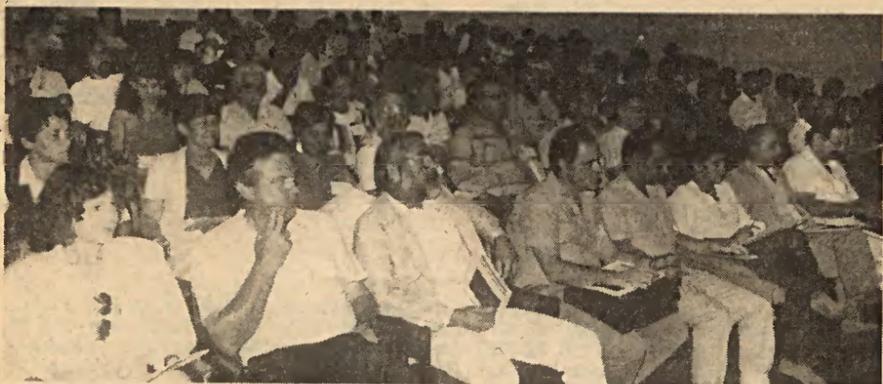
Aluysio Reis de Andrade, Roberto Romano, Luiz Orlandi e o adido cultural da França no Brasil, Yvon Vache, entre outros. O livro, co-editado com a Paz e Terra, foi colocado à venda na Bienal, com bons resultados, e já está nas livrarias. (pág. 11)

Governo libera Cz\$ 60 milhões de suplementação

O governo do Estado liberou uma suplementação orçamentária para a Universidade da ordem de Cz\$ 60.256.638,00, contemplando todos os itens do orçamento, exceto pagamento de pessoal, totalmente previsto no orçamento do início do ano. Para despesas de custeio (material de consumo, contratação de serviços, luz, telefone, etc.), foram destinados Cz\$ 9.833 mil (na dotação inicial eram Cz\$ 59,5 milhões); para obras, Cz\$ 17 milhões — que se somam aos Cz\$ 18,9 milhões do início do ano; para outros encargos foram destinados Cz\$ 1.923.638,00 (Cz\$ 53 milhões anteriormente). E o item mais beneficiado pela suplementação foi o que se refere a equipamentos e material permanente, que desde 1980 vinha sendo contemplado apenas para compra de material bibliográfico; na dotação inicial estavam destinados Cz\$ 3,2 milhões e na suplementação são Cz\$ 31,5 milhões.

Além disso, o governo estadual vai repassar para a UNESP mais Cz\$ 42,6 milhões referentes a um convênio com o Eximbank para aplicação nas áreas de saúde. (Pág. 9).

José Aparecido Garcia



Os docentes de Humanidades, reunidos em Marília, (foto) discutiram a pesquisa na UNESP. (Pág. 12)



Pensar grande, a sugestão do professor Mário Schemberg.

(veja entrevista nas páginas 6 e 7)

"CRUZADINHO": o sentido do ajuste e a reação neoliberal

CARLOS AMÉRICO PACHECO

As desventuras do liberalismo brasileiro já chamaram a atenção de alguns dos nossos mais argutos cientistas sociais. As contradições de um ideário que se ajusta com dificuldade a um país periférico de passado escravista levaram Roberto Schwarz a vê-lo como uma "idéia fora do lugar". A modernidade parece pôr e repor as angústias do liberalismo no Brasil, e não era sem razão que Raymundo Faoro se perguntava, recentemente, ao prefaciar um estudo de Marco Aurélio Nogueira sobre o liberal Joaquim Nabuco: "Teriam mudado os tempos?"

Das contradições desses vinte últimos anos nem é preciso falar; a questão é agora, quando os liberais se dividem. Dentro do governo uma reminiscência liberal do antigo regime viabiliza uma transição indolor; fora, os excluídos se armam em defesa da liberdade contra o que imaginam ser o Leviatã descontrolado. Afinal, este é o ano da desforra para quem quer que tenha sido vidraça. Em particular para os economistas que se consideram liberais e entulham a grande imprensa (mais liberal ainda) de uma entediante discussão sobre a ineficiência do setor público, o descontrole das contas governamentais e outras coisas mais que, regra geral, refletem desequilíbrios herdados de períodos em que esses mesmos economistas transitavam com compreensiva desenvoltura pelos gabinetes ministeriais.

Depois de advogar, durante anos, um tratamento ortodoxo para a inflação, com uma política monetária contracionista e cortes no dispêndio governamental, o pensamento neoliberal foi obrigado a admitir o êxito de um programa antiinflacionário — o Programa de Estabilização Econômica adotado no final de fevereiro — que acelerava o crescimento econômico e convivía com aumentos reais de salários. Foi porém um reconhecimento forçado e de curta duração, quase um recuo tático. Antes mesmo do anúncio da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Plano de Metas — o chamado "Cruzadinho" — já se configurava o retorno dos economistas neoliberais à normalidade, com a defesa de um complemento ortodoxo para o choque heterodoxo. A reação ao "pacote" de julho foi ruidosa e articulada; para entendê-la, é preciso avaliar os proble-

mas abertos após o Plano Cruzado e as linhas gerais do diagnóstico neoliberal.

O Programa de Estabilização Econômica representou um profundo rearranjo na economia brasileira. A desindexação e o congelamento permitiram cortar os mecanismos de reajuste de preços que alimentavam a inflação. A reforma monetária, com a nova paridade fixa em relação ao dólar e a apreciação diária frente ao cruzeiro, restabeleceu as funções do padrão monetário. Os índices inflacionários desses primeiros meses atestam o êxito do programa, mesmo levando em conta os problemas localizados de abastecimento, o desalinhamento de alguns preços, as disputas iniciais em torno do deflator das vendas a prazo, o ágio e a especulação em alguns mercados. A forma específica de combate à inflação garante a continuidade do crescimento e convive, de forma inédita frente a outros programas antiinflacionários, com aumentos reais de salários. Seu maior resultado, porém, é o resgate da política econômica da impotência a que havia sido conduzida por uma forma de ajuste passiva diante da crise internacional. A redução drástica do patamar inflacionário e o crescimento econômico restabelecem a eficácia dos mecanismos de ação governamentais e a política econômica ganha sentido porque estabelece prioridades.

Com o país descongestionado da corrida contra a inflação, os reais problemas da economia brasileira voltam à cena principal. Desse ponto de vista, o Programa abriu um claro caminho em direção a reformas mais amplas. Trata-se agora de discutir os rumos do desenvolvimento num cenário internacional de grandes mudanças, tanto na ordem econômica como nos padrões tecnológicos. Trata-se também de encaminhar o resgate da dívida social, de restabelecer as funções do Estado e de consolidar a cidadania de milhões de brasileiros marginalizados. Trata-se agora, em suma, de saber como e de que forma crescer, quais são as prioridades setoriais e os mecanismos que as viabilizam. A reativação do investimento privado deve enfrentar a problemática das transformações tecnológicas e da criação de capacidade produtiva; a retomada do investimento público deve ampliar a infra-estrutura básica. Ao permitir que o planejamento volte a conviver com a gestão de curto prazo, o Plano Cruzado abre horizontes mais amplos para o desenvol-

vimento brasileiro, contribuindo de forma decisiva para o combate ao dramático quadro social e às duas grandes questões legadas pelo velho regime: a desarticulação do Estado e a falência do padrão de financiamento que viabilizou o último ciclo econômico.

A constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento e o Plano de Metas se enquadram nesse contexto maior. E abrem, nesse sentido, uma primeira perspectiva para que se discuta o crescimento econômico e os mecanismos de seu financiamento. A desilusão neoliberal com o pacote está centrada, em primeiro lugar, no papel atribuído ao Estado e, em segundo, num horizonte intelectual que se atém ao curto prazo. Seu diagnóstico se inspira na idéia de que o crescimento do consumo e a remonetização da economia empurram a inflação para cima, para o que colabora o próprio governo ao não executar um amplo programa de cortes em seu gasto e ao se financiar pela emissão monetária desenfreada. Os remédios para um ajuste imediato seriam simples: redução da renda disponível através de instrumentos fiscais, aumento dos juros como recompensa à poupança e desestímulo ao consumo, e, prioritariamente, cortes significativos no dispêndio governamental, de forma a aliviar a demanda global e conter a remonetização sem limites, com a vantagem adicional de reduzir a participação do Estado na economia, frente à alegada maior eficiência do setor privado na alocação de recursos.

O que a vulgaridade desse raciocínio esconde é o papel dinâmico que o aumento do consumo pode desempenhar como estímulo ao investimento, à própria moderação no ritmo de crescimento do consumo e mesmo à própria natureza dos gastos governamentais. Encobre, aliás, a necessária rearticulação dos mecanismos de financiamento do investimento público e privado, ligados anteriormente ora a fundos compulsórios tipo PIS/PASEP e FGTS, ora a fluxos em moeda estrangeira. Além do mais, obscurece a participação reduzida que a arrecadação fiscal e os gastos públicos têm no total do produto do país — participação esta que chega a ser quase inexpressiva quando comparada a padrões internacionais ou quando considerada a dramaticidade da questão social brasileira.

O FND, nesse sentido, aponta numa direção correta. Ao estatizar o ágio co-

brado na venda de veículos e realinhar os preços da gasolina e do álcool, atua setorialmente sobre um mercado cuja oferta não crescerá no curto prazo, até pelo tempo que seria necessário para a maturação de eventuais novos investimentos. Ao mesmo tempo, realinha preços extremamente defasados sem onerar o transporte público e de cargas. Mais que isso, permite uma primeira distinção entre o financiamento de longo prazo da infra-estrutura básica (a carga do setor produtivo estatal) e os gastos do orçamento fiscal, organizando um instrumento de alavancagem de outros recursos para financiar o conjunto do Plano de Metas, no mesmo sentido aliás da holding inicialmente imaginada e inviabilizada politicamente dentro do próprio governo.

O "pacote" de julho, o "Cruzadinho", frustrou as perspectivas mais conservadoras: nem contração da demanda, nem redução da renda disponível, nem corte do gasto público. A reação a ele não poderia ter sido mais imediata. O consumidor, que já se penitenciava depois da maciça discussão acerca dos riscos do aumento da demanda, imaginou o "pacote" como um freio ao consumo. Os críticos neoliberais, pelo contrário, acusaram o governo de não realizar nenhum esforço para controlar a demanda agregada e, sobretudo, reduzir seus próprios gastos. Seja como for, em meio ao debate e à polémica já é possível estabelecer uma conclusão: o Fundo Nacional de Desenvolvimento e o Plano de Metas abrem uma discussão fundamental sobre o crescimento econômico e as formas de seu financiamento, mas o encaminhamento completo das reformas exigirá um esforço muito maior. Deve-se pois esperar uma polarização dos interesses ainda mais intensa. No encaminhamento da renegociação externa, na continuidade do saneamento das contas públicas, na definição dos caminhos do sistema financeiro, na reforma administrativa e, sobretudo, na definição de um novo sistema fiscal durante o processo constituinte poderemos assistir novamente o desfilar das idéias-forças do nosso neoliberalismo. E lá, quase certamente, teremos que nos socorrer mais uma vez daqueles argutos cientistas sociais que têm acompanhado as peripécias do pensamento liberal no Brasil.

O autor é docente no ILCSE — Araraquara

unesp

Órgão da Reitoria da UNESP — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores: Roberto Holland, Lourival Larini, Carlos Landucci, Nilo Odália, Waldemar Saffioti, Fernando Manuel de Mendonça, Ricardo Antônio de Arruda Veiga, William Saad Hossne, Waldir Gandolfi, Neivo Luiz Zorzetto, Antonio Quelce Salgado, Antonio Gilberto F. Fernandes, Fernando Mesquita Lara, Wanderley José de Melo, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antonio Christofolletti, Sylvio Simões, Marcos Alegre, Antonio Espada Filho, Alfredo João Rabaçal, José Ruy Ribeiro.

Representantes Docentes: José Maria Menezes Campos, Percy Sampaio Camargo, Manuel Molina Ortega, Ivaldo Melito, José Guimarães Mello, Hamilton da Rosa Ferreira, Antônio Meresi.

Representantes Discentes: Domingos Carneseca Neto, Eunice Maria Mazlero, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, João de Castilho Caçoso, Francis Werner Raimundo Staduto,

Paulo Duarte Leite Prigenzi, Sandra Maria Ferreira, Bento Guerreiro Júnior.
Representante técnico-administrativo: Nivaldo Edson de Mello.

FAESP: Misael De Túlio
FIESP: Carlos Eduardo Uchoa
FCESP: Abram Szajman

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura da Reitoria da UNESP. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar — 01001 — São Paulo. Telefones: (011) 32-7171 (ramais: 184 e 186), 32-7755, 32-7757. **Setor de Comunicação:** José Roberto Ferreira (editor — MT 17.039) e Adriana Machado (MT 16.837) **Setor de Cultura:** Plínio Silva Telles.

Arte: Celso Pupo.

Tiragem: 15.500

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida desde que citada a fonte. **Composição e impressão:** Cia. Editora Joruês. Rua Artur de Azevedo 1977 (Pinheiros), São Paulo.

As eleições, a Constituinte e a universidade

Como se sabe, em novembro próximo estarão sendo escolhidos os sucessores dos atuais governadores de Estado e os parlamentares que comporão o colégio encarregado de elaborar a futura Constituição. Com o processo eleitoral em pleno curso, nada mais necessário que calibrar a visão e considerar as perspectivas que se estão abrindo para a vida política brasileira.

Fruto de uma transição arduamente negociada e ainda inconclusa, o atual momento contém em si grande dose de ambigüidade e muita complexidade. Para usar um exemplo fácil, nele ainda estão presentes, como sobreviventes indesejáveis mas inevitáveis, traços e personagens típicos do antigo autoritarismo; este mesmo, aliás, ainda subsiste como um dos principais vértices de nossa cultura política. O Brasil de hoje é simultaneamente "velho" e "novo" e carece de sujeitos e instituições capazes de articular os múltiplos interesses, carências e reivindicações num novo projeto nacional. Daí uma certa sensação de vacuidade, provisoriedade e incerteza que parece tomar conta de quase tudo que se faz. Para empregar uma imagem mais esportiva, pode-se dizer que o meio-campo está bastante congestionado e desprovido de armadores qualificados (e de atacantes rompedores).

Seja como for, há um jogo sendo jogado e se ele não é o espetáculo que todos gostaríamos de ver, também não se pode negar que apresente aspectos novos, interessantes e promissores. Bem ou mal, a inflação está reduzidíssima e sob controle, o desemprego caiu a taxas bem menores, reformas sociais começam a ser anunciadas (embora com ainda muita timidez), o discurso do poder é qualitativamente diverso e o chamado "entulho autoritário" já foi em boa parte removido.

É neste quadro geral que deve ser examinada a questão da Constituinte. Inegável que alguns fatos ameaçam comprometer seu funcionamento e seus resultados. Dois deles são bem conhecidos: por um lado, o processo eleitoral unificado (governadores e constituintes), que confunde o eleitor e esvazia de significado a escolha dos parlamentares que elaborarão a nova Carta Constitucional, em decorrência da inevitável polarização que tende a assumir a disputa



entre os postulantes dos governos estaduais. Por outro lado, há a discutível solução dada para a questão da forma a ser adotada pela reunião dos constituintes: o chamado Congresso Constituinte, no qual estarão superpostas a função legislativa ordinária e a função constituinte propriamente dita, fato que poderá trazer não poucas dificuldades (não só de natureza técnica) para a elaboração da nova Constituição. Tanto no primeiro como no segundo caso, o que ressalta são as marcas da nossa difícil chegada à democracia.

No entanto, embora graves e preocupantes tais fatos tornam-se menores quando comparados com o problema maior do Brasil de nossos dias: a dificuldade para se incorporar os milhões de brasileiros não só aos benefícios do desenvolvimento econômico como principalmente aos processos de tomada de decisões. Trata-se de situação que, em muitos casos e momentos, assume a forma de uma grave separação entre povo e política, de uma quase desagregação do chamado "espírito público", regra geral combinada com muito individualismo e indiferença política. É ela que, em última instân-

cia, embaralha o desfecho da transição.

A Constituinte a ser eleita em novembro, portanto, trabalhará em condições que em hipótese alguma podem ser definidas como boas. Tal constatação, entretanto, ao invés de diminuir a importância do evento — ao qual, queiramos ou não, está reservado o papel de iniciar a reordenação jurídica e institucional —, deve convidar a uma reflexão da qual derive uma nova disposição para colaborar com a requalificação geral do país. Uma disposição que, em termos imediatos, se traduza em esforço para difundir a questão e os temas da Constituinte pelas mais amplas faixas da população e para eleger o melhor corpo parlamentar possível (e, evidentemente, os candidatos que mais garantias dêem à continuidade da democracia e do reformismo nas administrações estaduais). Do que se trata hoje, acima de tudo, é de fazer do momento eleitoral um rico momento de conscientização e participação política.

Por tudo o que representa na vida brasileira, a Universidade pode e deve continuar desempenhando um importante papel neste processo. Em primeiro lugar, porque é

um poderoso centro formador de opinião, uma instituição capacitada para estabelecer um diálogo permanente com a comunidade que a cerca. Em segundo lugar, porque é uma instituição voltada para a análise e o saber, dos quais devem nascer diagnósticos sobre a real situação do país e sugestões para a resolução dos grandes problemas nacionais. Em terceiro lugar, porque é uma instituição em fase de crise e reestruturação, que pode e deve organizar-se para fazer com que a próxima Constituição contemple as principais necessidades do sistema educacional brasileiro.

A Unesp evidentemente não foge à regra. E por sua privilegiada distribuição pelo Estado de São Paulo — um Estado, aliás, em que as eleições assumem um caráter ainda mais decisivo —, tem tudo para dar uma vigorosa contribuição para o processo em curso. Algumas de nossas unidades já estão a anunciar (ou a realizar) debates sobre as eleições e a Constituinte. Que as iniciativas se generalizem e ganhem corpo, é o que se deve esperar. Afinal, quando tratadas com seriedade, política e universidade estão longe de ser incompatíveis.

Reformas e novos prédios.

As obras voltam à UNESP

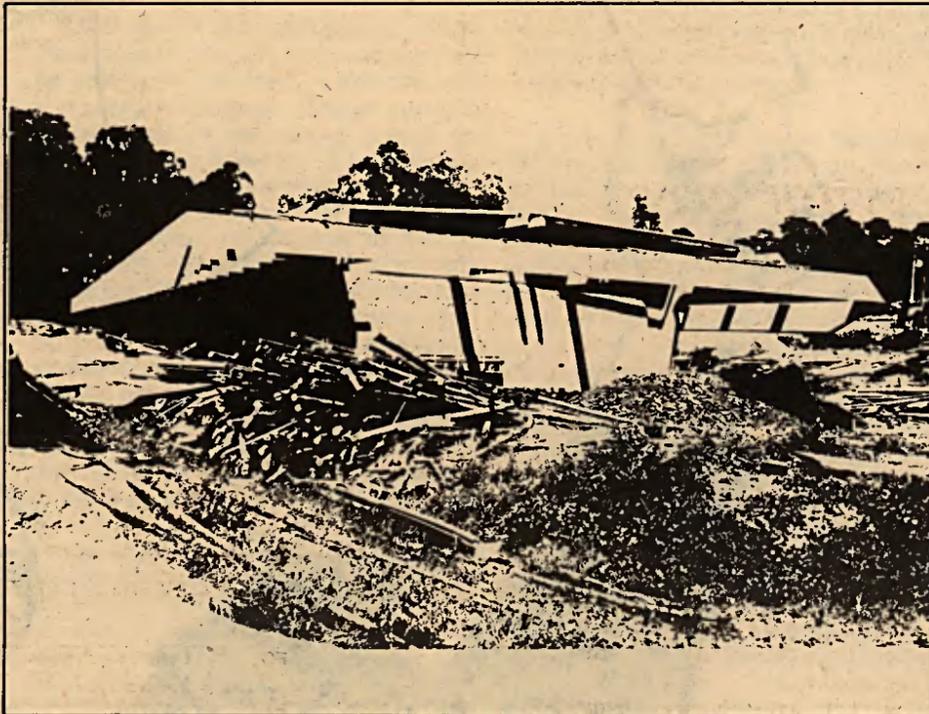
A defesa e ampliação do ensino público, as melhorias das condições de trabalho para docentes e funcionários e o fortalecimento da universidade através do melhor desempenho do ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade são aspectos que não se encerram na luta política. Existe, ao lado disso, uma questão prática que, se não for resolvida, fará com que a universidade corra o risco de não sair do lugar: a criação de espaços físicos que possibilitem a existência de mais salas de aula, laboratórios, bibliotecas e dependências para o bom funcionamento da administração universitária.

Foi com a perspectiva das lutas políticas que a universidade vinha travando há anos que o reitor Jorge Nagle passou a executar um plano de reativação de obras na UNESP. Mais que isso, aliás, uma política de realização de obras com o objetivo de dar à Universidade as condições de crescimento físico compatíveis com os avanços experimentados a partir de agosto de 1984. As reformas e construções novas deixaram então de obedecer a decisões de ordem pessoal e passaram a atender critérios definidos coletivamente; e o orçamento da UNESP passou a ser novamente contemplado com a rubrica "obras".

INTERVALO: 4 ANOS

A relativa precariedade de espaço físico é quase generalizada nas 21 unidades — o que pressupõe algum tempo para que se chegue a uma situação de normalidade — mas as dificuldades, para muitas, tiveram início antes mesmo da criação da UNESP. Até 1976, os então Institutos Isolados buscavam recursos para obras através da antiga Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesesp), cabendo, pois, ao governo do Estado atender ou não as solicitações segundo seus próprios critérios, que eram diferenciados entre um e outro Instituto.

Da criação da UNESP em 1976 a 1979 houve disponibilidade de recursos; a partir daí, os orçamentos deixaram de contemplar a realização de novas obras. As unidades que dis-



punham de receitas industriais se socorriam delas para a expansão da área construída ou para reformas inadiáveis. Outras, lançavam mão de parte das verbas originariamente destinadas à graduação ou pós-graduação e consumo.

Assim, a escassez ou até a ausência de recursos impediu a expansão e comprometeu a manutenção das instalações existentes, o que prejudicou basicamente as atividades de ensino e pesquisa: crescia o número de alunos e professores mas as instalações (salas de aula, salas de docentes, laboratórios) permaneciam as mesmas, quando não, deterioradas.

PARA DECIDIR, COMISSÕES

A história da realização de obras retomou o rumo no final de 1984, mas já com uma prática diferente. Depois de obter alguns recursos, muito aquém das necessidades, o reitor Jorge Nagle promoveu uma reunião entre os diretores de todas as unidades para discuti-

rem, coletivamente, a forma da aplicação. Essa prática abriu uma nova fase na UNESP: a de considerar a Universidade como um todo. Um dado exemplar, daquela reunião, foi que alguns diretores abriram mão do que seria a sua quota de recursos, sensibilizados pelas informações dos colegas ou porque as necessidades transcendiam o montante da dotação a ser recebida.

Em 1985, contando com recursos remanejados do próprio orçamento, a reitoria passou a operar com base numa efetiva política de obras. O primeiro passo foi a criação de uma comissão de assessoramento — integrada pelos professores Ricardo de Arruda Veiga, Luiz Antônio Targa, Antônio Washington Albino de Souza, José Carlos Chaves e Oduvaldo Vendrameto. Essa comissão percorreu todas as unidades, avaliando a situação das edificações, as demandas que já se apresentavam e, assim, colhendo subsídios para a definição de uma política para o setor.

Diante da situação pouco animadora encontrada nos campus, de um lado, e da necessidade de se equacionar a questão "Obras" da perspectiva do conjunto da Universidade de outros, a Comissão Central de Obras sugeriu a criação de comissões locais em todas as unidades. "Através dessas comissões, fluíram discussões, estudos e finalmente o plano de obras, aprovado pela Congregação e remetido à reitoria para as providências", conta o professor Oduvaldo Vendrameto. E o plano de cada unidade revelou um grande déficit de salas de aula "que com o passar do tempo foram ocupadas pela administração, laboratórios ou mesmo salas de docentes", informa Oduvaldo. "E a falta de manutenção passou a exigir não mais simples reformas mas sim verdadeiras substituições de partes inteiras, como telhados e pisos", exemplifica.

Para se ter uma idéia, as solicitações de todas as unidades — reformas e novas edificações — somavam Cz\$ 310 milhões, o equivalente a um terço do orçamento da UNESP para 1986, incluindo a folha de pagamento. Como a dotação orçamentária para obras no início do ano era de Cz\$ 20 milhões (veja matéria ao lado), a reitoria estabeleceu alguns critérios, como dar prioridade para edificações que viessem a contemplar o ensino quando este aparecesse em condições de igualdade com pesquisa ou extensão de serviços, por exemplo.

E para evitar que equívocos cometidos anteriormente continuassem a existir, a Comissão Central de Obras (CCO) definiu alguns parâmetros. Entre os quais, não contratar etapas de obras, mas sim a construção toda; comprometer recursos somente mediante a prévia elaboração do cronograma físico-financeiro; projetar obras de grande porte (superior a mil metros quadrados) em módulos de até 750 m² para serem ocupados à medida em que forem sendo concluídos. "Além disso — informa Oduvaldo Vendrameto — hoje a alocação de recursos é feita somente para obras que já tenham seu projeto".

Um bom exemplo da falta desses critérios em épocas anteriores é o prédio da futura biblioteca do ILCSE-Araraquara, cuja construção ficou paralizada na metade por mais de seis anos em função de suas dimensões e a conseqüente falta de recursos.

Com a apresentação de um documento no final do ano passado, a CCO foi automaticamente extinta, uma vez cumprido seu papel. E para executar suas sugestões a Assessoria de Planejamento e Orçamento da Reitoria (APLO) passou a contar com um setor específico para obras, coordenado pelo professor Oduvaldo Vendrameto, assistido por Toshio Kudo.

Ampliação do espaço físico

ANTONIO CHRISTOFOLETTI

A UNESP, aglutinando unidades universitárias sediadas em várias municipalidades paulistas, além da adequada manutenção dos seus edifícios e obras, necessita imperiosamente acelerar a ampliação do espaço físico disponível para as atividades de ensino e pesquisa.

A manutenção e crescimento dos cursos já existentes, a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, a instalação de equipamentos e novos laboratórios, o aumento do corpo discente, a contratação de novos docentes e as necessidades administrativas são algumas das facetas responsáveis pelo ritmo evolutivo da dinâmica universitária. Se não ocorrer oferta de espaço útil para essas atividades, a sobrecarga de espaço já exíguo acabará redundando na qualidade e produtividade do sistema universitário.

A partir de 1985 houve consignação mais específica de recursos disponíveis para construção de obras. Em 1986 o volume alocado passou a ser significativo. Essa perspectiva

vai ganhando contornos mais definidos, gerando expectativas de continuidade para as unidades unespianas. Desencadeia-se o surgimento de solicitações e projetos visando a expansão física em vários campus.

Um levantamento parcimonioso mostra que em cada campus há necessidade de terminar obras iniciadas ou propor construções novas a fim de atender as atividades crescentes. Entretanto, não resta dúvida de que o grau de premência das solicitações é variável, e torna-se preciso compor um esquema para se adquirir visão abrangente do quadro físico da UNESP e estabelecer critérios adequados para avaliar os pedidos e elaborar a escala das prioridades.

O levantamento das prioridades deve ser feito em dois escalões. Em primeiro lugar, cada unidade universitária deve assinalar o seu espaço disponível, as suas necessidades de expansão e ordenar uma seqüência de obras prioritárias. Numa segunda etapa, com base

nas listagens locais, deve-se compor a relação das prioridades da UNESP. O trabalho é complexo e envolve a colaboração de muitas pessoas. Não há razão para desconhecer que essas fases já foram vencidas, de modo preliminar, no ano de 1985, cujas proposições resultaram do trabalho da Comissão de Obras e Orçamento em cada unidade e da Comissão de Obras ao nível da Reitoria.

O entrosamento entre esses escalões e as avaliações precisas sobre o necessariamente imediato e mediato fazem com que se possa alocar os recursos fornecidos pelo Governo Estadual no ano corrente, e planejar a expansão contínua do quadro físico unespiano, sem ruptura de continuidade e sem envolvimento de forças políticas ou de pressões da comunidade. Estabelece-se um quadro passível de atendimento e mostra da magnitude da demanda. Esse atendimento já começa a transparecer do modo sensível em 1986.

Se essa programação é da alçada interna da UNESP, a sua execução efetiva depende

Mais verba garante continuidade

De 1980 a 84 não houve recursos; em 85 também não estavam previstos mas foi feito um remanejamento de verbas e alguma coisa pôde ser feita; já neste ano o item obras voltou a constar do orçamento da UNESP. No início estavam previstos, pelo governo, 25 bilhões de cruzeiros, mas com as correções determinadas pelo plano de estabilização econômica a dotação foi revista e dimensionada em Cz\$ 19.965.001,00. E agora, no final de agosto, o governo liberou uma suplementação de Cz\$ 17 milhões, o que significa um total no ano de quase Cz\$ 37 milhões.

Essa suplementação — que, segundo a Se-

cretaria do Planejamento, deve ser destinada apenas para reformas e continuação de obras — teve como base um plano apresentado pela reitoria em junho. Ou seja “as estimativas de custo, feitas sobre os preços de março/abril, estão superadas”, informa Oduvaldo Vendrameto. “Para se ter uma idéia, na época, o preço do metro quadrado para construções escolares estava por volta de Cz\$ 2,5 mil; hoje subiu para mais de três mil cruzados”, explica. Diante dessa defasagem, as Unidades estão sendo obrigadas a rever seus cronogramas para que o ritmo orquestrado a partir do ano passado não saia do compasso.

Crítérios, para evitar erros

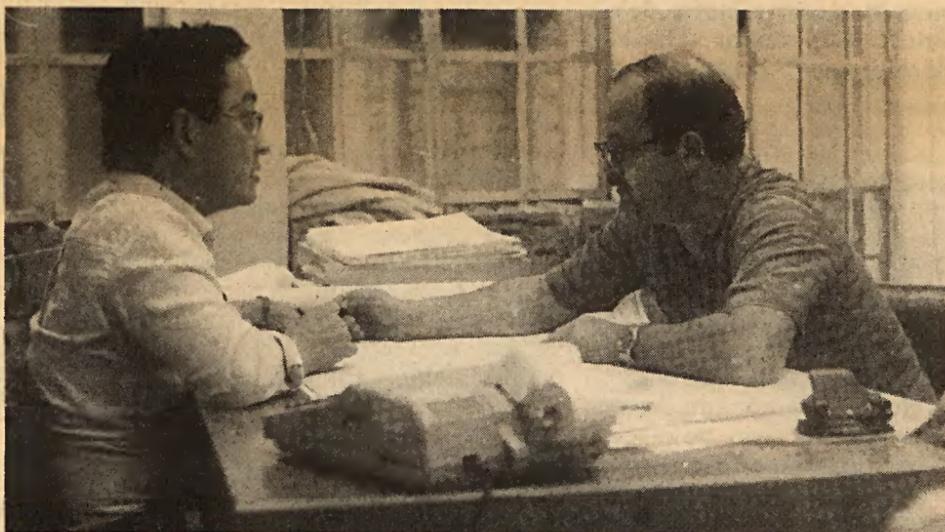
Além dos critérios sugeridos pela CCO (veja matéria na página ao lado), a APLO/Obras definiu uma série de procedimentos para a realização de cada obra nova ou reforma. O primeiro é que qualquer solicitação da Unidade deve ter o endosso da Congregação, ao contrário do que era feito anteriormente quando a decisão cabia apenas do diretor. Segundo Oduvaldo Vendrameto, a aprovação da Congregação “significa que o destino da edificação está, em princípio, correto; houve casos no passado em que o prédio era construído mas os usuários se negavam a ocupar porque não era aquilo que necessitavam”.

Assim, com base na documentação apresentada pela Congregação, os responsáveis pela APLO/Obras visitam a Unidade e dimensionam aquela solicitação diante das soli-

citações apresentadas pelos demais Institutos ou Faculdades. O professor Oduvaldo observa que “como os recursos oferecidos pelo governo não são suficientes para satisfazer todas as necessidades, precisamos apresentar uma escala de prioridades do ponto de vista da Universidade. Uma obra pode ser muito importante para uma determinada Unidade mas outra sente uma premência bem maior e temos, então, que dar prioridade a essa”, afirma.

Além da necessidade do projeto, outro procedimento adotado é que os recursos são repassados para a Unidade somente depois desta concluir todo o processo de licitação, que deve estar de acordo com o cronograma físico-financeiro.

Toshio e Oduvaldo visitam as Unidades para poderem elaborar o plano de obras segundo as prioridades do conjunto da UNESP.



Toshio e Oduvaldo coordenam os trabalhos da APLO/Obras

de recursos concedidos e liberados pelo Governo Estadual. Para que se possa equacionar devidamente essa problemática, não se pode olvidar a defasagem existente e a peculiaridade da distribuição espacial da UNESP, locada em catorze municípios.

As reivindicações atuais explodem em consequência da reduzida expansão física observada desde há vários anos. A defasagem é grande e generalizada. Por onde começar e o que construir?

A distribuição espacial da UNESP pelo território paulista oferece um outro item para avaliar o impacto desse empreendimento em obras. Uma imagem de significância fisionômica-paisagística auxilia esclarecer a questão.

Vamos supor que tome a iniciativa de construir um edifício de pequena proporção em cada campus. Um edifício da ordem de 1.000 m² enquadra-se nessa escala de grandeza, no contexto do campus universitário. Distribuídos pelos dezesseis campus, essa

massa construída se dilui nas paisagens locais e se torna perceptivelmente pouco sensível ao visitante, ao administrador e ao político. Entretanto, são passos e marcas iniciais de uma campanha essencial. Mas imagine que esse volume construído (16.000 m²) estivesse concentrado espacialmente em apenas um local. Que grandeza fisionômica essa construção não teria na “visão panorâmica” da UNESP! Em um período de tempo muito curto.

Por essas razões é preciso construir sempre, anualmente entregando edifícios aos campus. A UNESP tem premência desse ritmo e o Governo Estadual deve-se envolver com esse desenvolvimento do ensino paulista. É preciso obter espaço útil para as atividades universitárias, mas em estilo sólido, de qualidade, sem luxo ou pomposidade. É com sobriedade, eficiência e constância que se constrói a Universidade.

O autor é diretor do IGCE — Rio Claro.

Reformas e edificações (85/86 — 1º semestre)

CAMPUS	UU	REALIZAÇÃO	Cz\$
Araçatuba	FO	Clínica II	A 2.600.000
		Reforma de clínica	A 76.000
Araraquara	AG	Biotério	C 572.000
		Laboratório de Físico-Química	A 2.252.000
	IQ	Depósitos de drogas	C 72.000
		Biblioteca	A 5.000.000
		Laboratório de hematologia	C 45.000
		Reforço de fundação	A 150.000
Assis	ILHP	Biotério	C 25.000
Botucatu	AG	Central de aulas (Lageado)	A 1.573.000
		Canil do biotério Central	C 312.000
	FM	Necrotério	C 227.000
		Projeto de prédio — radiologia e hemocentro	C 800.000
	FCA	Prédio para anemógrafo	C 13.000
		Viveiro — Depto de C. Ambientais	C 9.000
	IBBMA	Biotério	C 271.000
		Construção de sala de aula	A 2.274.000
	FMVZ	Canil do hospital veterinário	C 75.000
		Apiário	C 60.000
		Prédio da administração	A 2.479.000
Guaratinguetá	FE	Laboratório — Depto de materias	C 70.000
Jaboticabal	FCAV	Depto de biologia aplicada	C 786.000
		Clinica e cirurgia veterinária	C 630.000
		Galpão pré-moldado	C 50.000
Marília	FEFCSD	Projeto prédio administração	A 170.000
V. Prudente	IPEA	Projeto prédio salas de aula	A 85.000
Rio Claro	AG	Central de aulas	C 700.000
		Ginásio poli-esportivo e sala de musculação	A 1.600.000
	IB	Laboratório de laminação	A 28.000
S. J. Campos	FO	Sala de aula	C 137.000
Rio Preto	IBILCE	Prédio — Curso de engenharia de Alimentos	C 620.000
			Total 24.561.000

Obras de infraestrutura (85/86 — 1º semestre)

CAMPUS	U.U.	REALIZAÇÃO	Cz\$
Araçatuba	FO	Cobertura do pátio	C 160.000
		Caixa d'água	C 16.000
Araraquara	FCF	Parte elétrica	C 160.000
		Reposição de forro	C 9.000
		Várias reformas	C 31.000
Botucatu	AG	Asfalto no HC	A 200.000
		FCA	Reservatório e rede de água
	Reforma de rede elétrica		C 212.000
	Reforma de salas de aula		C 35.000
	Reforma de casas-colonos		A 46.000
	Execução do 5º projeto de eletricidade		C 54.000
	Projeto do plano diretor		C 65.000
	Manutenção da rede elétrica		C 274.000
	Ampliação do Depto. de Bubalinocultura		C 56.000
	FMVZ	Cabine de força	C 108.000
Várias reformas		C 82.000	
Franca	FHDSS	Reforma da rede elétrica	C 120.000
		Terra planagem e ajardinamento	C 240.000
Guaratinguetá	FE	Várias reformas	C 200.000
		Adaptação do sistema elétrico	C 14.000
		Guarita e portão	C 59.000
Ilha Solteira	FE	Reforma da rede elétrica	C 100.000
		Reforma de telhado	C 195.000
Jaboticabal	FCAV	Obras do anfiteatro	A 109.000
		Asfalto	C 170.000
		Reforma do alojamento	C 967.000
		Quadra poli-esportiva	A 90.000
Marília	FEFCSD	Reforma do sistema elétrico	C 450.000
P. Prudente	IPEA	Abrigos	C 54.000
		Placa de identificação	C 20.000
		Pavimentação	C 10.000
Rio Claro	AG	Cercamento do campus e piso	C 60.000
		IGCE	Reforma de salas
S. J. Campos	FO	Cercamento do campus e piso	C 136.000
Rio Preto	IBILCE	Várias reformas	C 42.000
		Reforma do sistema elétrico	C 55.000
		Reforma do telhado (parcial)	C 91.000
		Construção de guarita	C 21.000
São Paulo	IAP	Para-raios	C 15.000
		Reforma de forro	C 25.000
			Total 4.562.000

Legenda: A — obra em andamento; C — concluída. Fonte: Aplo/Obras

Em 1985 foram gastos Cz\$ 13.524.455,33 e em 1986 (primeiro semestre) Cz\$ 19.965.001,00. A diferença entre estes valores e os apresentados nos quadros se refere às obras no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina — campus de Botucatu, e a pequenas edificações ou reformas nas Unidades.



Entrevista: Mário Schemberg 'Temos que ver os grandes problemas'

Formado em Engenharia e Matemática no Brasil, e em Física no Exterior, o professor Mário Schemberg, ao longo de quase cinquenta anos na universidade, foi mais do que um especialista nessas áreas. Através de uma visão ampla da ciência, ele se caracterizou como um militante do saber, um cientista que utilizou o conhecimento não para satisfazer o gosto pessoal mas sim para atender os objetivos maiores do país. Ao afirmar que entrou na universidade para fazer ciência, Mário Schemberg sintetiza a sua trajetória: "Não era a coisa que eu mais gostava de fazer que tinha importância; tinha importância, isso sim, aquilo que estivesse

voltado para uma visão nacional, uma visão tecnológica aberta ao futuro". Com a experiência de ter sido um dos primeiros cientistas brasileiros a se preocupar com a física do estado sólido — "que é a física sobre a qual se baseia a informática", explica — Mário Schemberg enfatiza que o futuro da ciência está na exploração da biotecnologia, que, segundo ele, "é muito mais importante do que a energia nuclear". Aos setenta anos e sempre atento para o que acontece no mundo, ele dá a receita de sua atuação: "a gente não deve ver os pequenos problemas mas sim os grandes problemas".



É mais ou menos tradicional na opinião da comunidade científica, atribuir o atraso ou as dificuldades da nossa ciência e da nossa tecnologia aos laços de dependência econômica que o Brasil mantém com as economias capitalistas desenvolvidas. O senhor acha que essa idéia, depois desses anos de desenvolvimento econômico que o Brasil está vivendo, continua válida?

Acho que a gente não deve se colocar num ponto de vista passadista, ficar olhando o passado. É melhor que se procure vislumbrar o que possa ser o futuro. No caso do Brasil isso é particularmente importante, porque estamos saindo de uma era bastante difícil; o regime de ditadura militar foi ruim e atrapalhou muito as coisas. E agora, exatamente, o grande papel que temos diante de nós é o de construir um Brasil à altura não só da época atual — dos grandes problemas mundiais — mas também das grandes possibilidades que o país tem. O Brasil, sem dúvida, dentro de poucas décadas, será uma das maiores potências mundiais. Apesar dos inúmeros erros que têm sido cometidos, é tamanha a vitalidade do país que nada pode impedir esse futuro.

Então, a gente tem que ver as coisas desse ponto de vista porque essa predestinação, em grande parte, é até geográfica, histórica e contém determinantes que não podemos mais mudar, que nos empurra. Não podemos, por exemplo, tentar ver o mundo como veria uma pessoa de um pequeno país; temos que vê-lo com a perspectiva daquilo que o mundo exige de nós, pelo nosso tamanho e potencialidade. Esse é um ponto extremamente importante: estamos condenados, vamos assim dizer, a esse destino e não podemos fugir a ele. Quer a gente queira, quer não queira, vamos ter que procurar ver as coisas desse ângulo.

O povo brasileiro em geral também vê as coisas assim? Ele está preparado para aceitar e trabalhar essa predestinação de grande potência para o país?

Talvez seja um pouco difícil, porque o brasileiro não está acostumado, lhe falta uma certa orientação. Nós, brasileiros, estamos nos defrontando com problemas a respeito dos quais não temos muita experiência. Por isso, é aos jovens, talvez mais ainda do que à minha geração, que cabe o papel de organizar nosso futuro. É um destino que tem que ser realizado ou a gente cai num caos total. Temos que aproveitar a situação internacional e as responsabilidades que nos tocam, que não são pequenas. Mas para isso não podemos mais, de maneira nenhuma, querer ver a política de um ponto de vista provinciano; temos que fazer uma política que seja internacio-

nal. Além de uma grande área geográfica, temos também uma grande população e já somos um dos países de grande produção industrial no mundo. Esses dados são poucos, mas são decisivos e é importante que a nova geração se compe-netre de que essa é uma carga da qual não podemos nos desembarcar.

Aceitando essa hipótese que o senhor está levantando, inevitavelmente o país precisará de uma comunidade científica e de uma política tecnológica poderosas, não?

É por isso que todos estão sentindo que a fixação de uma política científica é uma tarefa de extraordinária importância. Antes nem se falava nisso, mas agora estamos vendo a importância que isso tem.

Inclusive porque é uma coisa meio contraditória termos um parque industrial tão poderoso quanto o nosso e uma política de ciência e tecnologia tão frágil ainda.

O futuro está muito a nosso favor mas não está a nosso favor o passado que tivemos recentemente. Os regimes militares nos prejudicaram muito e dificultaram que alcançássemos uma visão de mundo aberta. Ou seja, temos um destino que exige de nós uma atuação de peso, de responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, temos uma experiência negativa: durante décadas o Brasil sustentou quase que uma posição de completa desistência de ter uma política própria. O país ficou seguindo uma política que era traçada nos Estados Unidos. É muito importante fazermos uma comparação, por exemplo, com a geração que fundou a República, que era uma geração muito brilhante e a respeito da qual sabemos tão pouco. Foi recentemente que fiquei sabendo quem foi Paula Souza, um engenheiro que compreendeu a importância fundamental da tecnologia, que viu também a importância da República, do abolicionismo e que era um homem que olhava profundamente para a política internacional. O José Bonifácio foi um dos grandes construtores do Brasil; Floriano Peixoto fez o governo que, de certo modo, criou a República. Nosso passado tem muita grandeza e nem nos damos conta. Não pensem que foi fácil ocupar um território como esse do Brasil; se não fosse a visão ampla daqueles homens hoje poderíamos ser talvez uma republiquetá.

Quando o senhor passou a perceber essa predestinação do Brasil vir a ser uma grande potência? Como o seu trabalho esteve voltado para esse sentido?

Cheguei a essa conclusão logo no começo do meu trabalho científico. Sempre compreendi — podia não ter confiança, mas tinha as forças — que a gente tinha uma certa responsabilidade, não podíamos esperar que outros fizessem as coisas por nós. Desde que entrei na universidade, por exemplo, já estava plenamente convencido de que não tinha ido para lá só para aprender ciência, tinha ido fazer ciência. Evidentemente, na minha inexperiência, não podia achar isso logo no primeiro ano, mas compreendi rapidamente que não podia aceitar responsabilidades limitadas. Comecei a ver, a partir de um certo momento, que a comunidade dos físicos tinha algumas posições um pouco erradas. O pessoal achava que a coisa mais importante era física nuclear, quando na verdade era a física do estado sólido, pois é sobre esta que se baseia a informática. Então criei o laboratório de física do estado sólido e instalei o primeiro computador da Universidade de São Paulo, porque eu estava com a compreensão, não estava vendo meu interesse pessoal; se fosse assim teria dito: vou fazer meus cálculos de física teórica e pronto. Mas compreendi que não era isso. Não era a coisa que eu mais gostava de fazer que tinha importância; tinha importância, isso sim, aquilo que estivesse voltado para uma visão nacional, uma visão tecnológica aberta ao futuro.

Como era trabalhar na universidade naquela época? Obviamente as dificuldades eram maiores do que as de hoje.

Trabalhava-se muito mais, com poucos recursos. O cientista brasileiro trabalhava como um artesão, porque ele tinha que começar tudo, fazer tudo, os processos mesmo de investigação estavam ainda num estágio um pouco precário; hoje em dia, a situação, desse ponto de vista, mudou muito.

O Brasil é a oitava potência econômica do mundo e a 57ª em termos sociais. Isso mostra que o uso da ciência e da tecnologia está mais voltado para os interesses do capital do que para a solução dos problemas da população. Por exemplo, o Brasil tem um certo desenvolvimento na área da energia nuclear, da informática, mas, por outro lado, ainda enfrentamos a dengue, a malária. Como equilibrar o desenvolvimento, colocando o progresso econômico lado a lado com o progresso social?

Bem, aconselharia uma coisa que sempre fiz: a gente não deve ver os pequenos problemas mas sim os grandes problemas. Podia parecer ridículo que eu, um engenheiro recém-formado, fosse

me preocupar com os problemas do Brasil. Mas foi o que sempre fiz, mesmo com problemas que às vezes eu não estava muito bem preparado para enfrentar. E tive que aceitar os desafios como eles caíam em cima de mim; não tinha interesse pessoal, tinha interesse nacional, considerava que, como brasileiro, não podia deixar de me interessar por questões nacionais.

Da mesma maneira que o senhor teve aquela visão nacional e não pessoal, que diretrizes o senhor acha que o país deveria seguir, em termos de ciência e tecnologia, para tornar-se uma potência?

Acho que uma das coisas a que o Brasil deve dar muita importância é a biotecnologia, um campo que vai desempenhar um papel cada vez maior no futuro do mundo.

E como estamos em relação a isso? Há boas perspectivas?

Não acredito que estejamos muito desenvolvidos nesse campo, inclusive porque o pessoal da área biológica, por enquanto, não recebeu o apoio de que necessita. Se tivessem vindo para a biotecnologia ou para a biologia as verbas que foram para o programa nuclear, por exemplo, sem dúvida já teria um progresso muito grande. A minha impressão é que o esforço que está sendo feito na área biológica não é suficiente, apesar de nenhuma área ser mais prioritária para nós do que ela. Sou porém otimista e valorizo muito a agilidade de pensamento e o sentido de improvisação do brasileiro, qualidades indispensáveis para que se consiga desenvolver uma coisa nova.

O senhor acha que seria justo dizer que a biotecnologia teria no Brasil um impacto social maior do que a Informática ou a própria energia nuclear?

Maior do que a energia nuclear eu não tenho dúvida nenhuma que teria. Quanto à Informática, a questão é bem mais complexa. Creio que a própria informática será muito atingida pelo desenvolvimento da biotecnologia: quando soubermos utilizar a matéria viva dentro de nossos computadores, por exemplo, certamente obteremos resultados muito superiores aos obtidos até agora. A biotecnologia pode nos abrir horizontes completamente novos, tanto no plano das políticas públicas de incidência imediatamente social, como no plano industrial.

E a questão da reserva de mercado para a informática? Como o senhor a vê?

Sou favorável. Embora eu não seja um técnico nessa área, creio que esse é um problema que deve ser tratado com equilíbrio e inteligência. Como direção geral, a orientação oficial é bastante positiva e correta mas não posso assumir a responsabilidade por todos os detalhes da execução do programa. Pode ser que nesses detalhes haja muita coisa para ser consertada. Além do mais, não há legislação nenhuma que não contenha defeitos e não precise ser aperfeiçoada.

Nos últimos anos, principalmente na época pior da ditadura, a comunidade científica ficou excluída das grandes decisões nacionais que envolviam opções no plano da ciência. Com a nova República, o senhor acha que começou a se alterar essa situação?

Acho que a situação melhorou, mas agora não me sinto capacitado para dar uma opinião sobre o conjunto da atuação do governo. Apesar do tempo ser ainda muito curto para grandes avaliações, sei que algumas coisas estão se alterando. Não posso, porém, deixar de ficar inquieto com os rumos que elementos da antiga Comissão de Energia Nuclear, aqueles mais ligados à ditadura, estão procurando imprimir à política nuclear brasileira, rumos que não são de interesse nacional. Está havendo mudanças, mas certos fatos concretos que conheço mostram que a situação ainda está longe da que devia ser.

E a universidade, professor, deve ocupar espaços políticos, tentar forçar o surgimento de situações em que a sua atuação seja mais significativa?

Eu acho que deve ocupar, porque se a universidade não ocupar uma certa área, quem vai ocupar? Não há de ser as escolas secundárias ou outras. A universidade não pode fugir à sua responsabilidade. Acho que, ao contrário, deve assumir cada vez mais novos papéis junto à sociedade e ao país. É precisotambém que a comunidade universitária tenha habilidade política para convencer os poderes públicos e o resto da nação de muitas coisas que eles não estão convencidos. Mas tenho uma certa impressão, me parece que a própria universidade brasileira não está despertada para novos problemas, como o da biotecnologia. Não há visão suficiente para coisas novas e importantes.

Saindo da particularidade da biotecnologia e procurando um horizonte mais amplo, o senhor não acha que a universidade está também um pouco falha?

O grande problema é que a universidade não tem recursos para cumprir as suas obrigações.

Às vezes faltam recursos mínimos, recursos para financiar a participação de um professor num congresso no Exterior, por exemplo. Não pode haver coisas assim. Não se pode fazer economia nesse tipo de coisa...

Ou seja, esse seria um dos motivos que agrava a situação da universidade, a crise da universidade?

Falta muita coisa para a universidade brasileira. Ela está muito mal estruturada, falta até instalações, falta dinheiro. Você não imagina o que pode representar para um pesquisador deixar de participar de um congresso científico. Pode significar uma descoberta importante que se perde, não é? Acho que toda a política governamental para ciência e tecnologia deveria ser revista. Se a universidade tivesse a mesma facilidade que se tem quando é para dar verba para programas nucleares a situação seria diferente. Inclusive essa questão dos programas nucleares deveria ser estudada profundamente pela Constituinte.

E com o que mais a Constituinte deve se preocupar em termos de ciência e tecnologia?

Em termos gerais, eu acho que a constituinte deveria ver o futuro brasileiro dentro de uma perspectiva correta, porque não somos um pequeno país, somos um dos maiores países do mundo e, portanto, temos que pensar grande. Não podemos sequer pensar na nossa formação porque ela pode ter sido deficiente.

O poder econômico envolvido na eleição de deputados e o nosso próprio sistema partidário poderão fazer com que os eleitos não sejam necessariamente os melhores. Nesse caso, de que maneira a universidade, a comunidade científica poderia ajudar a melhorar essa situação?

Uma das formas — talvez a mais direta — teria sido incentivar determinadas pessoas a se candidatarem. Ou então, quem sabe, uma vez instalada a Assembléia Constituinte, dotá-la de uma assessoria de alto nível, uma assessoria à altura das circunstâncias.

O senhor acredita que a Constituinte cumprirá corretamente o seu papel?

Não estou certo. Pode ser pessimismo meu, mas não estou convencido disso — não acredito muito em milagres, acredito um pouco, mas não muito. Nós temos no Brasil problemas sérios, que herdamos do passado, e não podemos, da noite para o dia, corrigir tudo.

Servidores serão promovidos e avaliados

O Serviço de Avaliação de Desempenho e Promoção da Reitoria (SADP) informa que foi publicado no Diário Oficial do dia 12 de agosto, Portaria regulamentando a promoção dos servidores autárquicos da UNESP.

PROMOÇÃO

A primeira promoção será por antiguidade e irá beneficiar os servidores que tenham condições básicas (de 5 a 10 anos de trabalho passarão para o grau B, 15 anos para o grau C, 20 anos para o grau D e 25 anos para o grau E) até 31 de dezembro de 1983. E a segunda promoção, será efetuada pelo critério de merecimento, a partir de janeiro do próximo ano, podendo ser promovido até o limite de 20% dos servidores autárquicos de cada grau, dentro de cada classe, com as condições de exigências estabelecidas pela referida Portaria. Para este caso, os servidores deverão apresentar os comprovantes dos títulos obtidos no biênio 84/86 ao órgão de pessoal de cada unidade até 30 de dezembro próximo.

O SADP está elaborando um manual contendo as normas para a aplicação da Portaria.

AVALIAÇÃO

Está na primeira fase de operacionalização a Avaliação de Desempenho dos servidores da UNESP. Os nomes dos servidores dimensionados já estão relacionados em listagens processadas pelo Centro de Computação e Informática. Este é o segundo ano que o CCI — Reitoria, vem colaborando no processamento da Avaliação de Desempenho da Universidade. Maiores informações no SADP, fone: 32-7171, ramal — 164 ou 158.

Ciclo de cinema alemão em quatro unidades

A Assessoria de Comunicação e Cultura e a Comissão de Atividades Culturais promoverão, entre o final deste mês e outubro, um ciclo de cinema novo alemão nos campus de Rio Claro (29/9 a 3/10), Marília (6 a 10/10), Assis (13 a 17) e Prudente (20 a 24). Os filmes — fornecidos pelo Instituto Goethe — são "Lina Braake", "Professor Hofer", "Coração de Cristal" e "O fim do arco-íris".

A Secretaria de Estado da Cultura colabora na promoção:

Carta à redação

Sr. Editor,

Acusamos o recebimento de sua carta, em que nos solicita o envio permanente de informações sobre as realizações do Departamento. Gostaríamos de salientar que os objetivos do Jornal da UNESP, colocados ali por V. Sa., servindo como instrumento de integração entre as Unidades, vêm responder a antigos anseios da comunidade local, e a possibilidade de divulgação de nossas realizações pode motivar um intercâmbio com os demais Institutos e Faculdades, o que muito nos estimula.

Dessa forma, a ligação deste Departamento com o Jornal da UNESP tem para nós uma importância decisiva. Por isso, na última reunião departamental, foi designado um professor para que fique incumbido da tarefa, funcionando como uma espécie de correspondente do Jornal no Departamento.

Achamos que a idéia pode ser proveitosa e, assimilada pelos demais departamentos das Unidades, resultaria num trabalho efetivo de troca de informações e de autoconhecimento da comunidade unespiana. Odil José de Oliveira Filho, Departamento de Literatura do ILHP, campus de Assis.

Convênio modernizará Saúde

Serão dez unidades contempladas com equipamentos e materiais

Um convênio assinado entre o Eximbank e o governo do Estado vai possibilitar à UNESP investimentos no valor de Cz\$ 42.687.000,00 na compra de material permanente e outros equipamentos nacionais para as áreas de saúde. E igual importância a Universidade receberá em equipamentos importados. Aquele valor será repassado pelo governo juntamente com a terceira e quarta quotas do orçamento, ou seja, Cz\$ 26.163.000,00 até o final de setembro e Cz\$ 16.524.000,00 até o final de dezembro.

Já os equipamentos importados começarão a chegar a partir do início do próximo ano.

Serão contempladas dez unidades da UNESP que trabalham com ensino, pesquisa e extensão nas áreas de saúde: Faculdades de Odontologia de Araraquara, Araçatuba e São José dos Campos, Faculdade de Ciências Farmacêuticas (Araraquara), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (Jaboticabal), Instituto de Biociências (Rio Claro), Faculdade de Medicina (Botucatu), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Botucatu), Instituto Básico de Biologia Médica e Agrícola (Botucatu) e Instituto de Biociências e Ciências Exatas (São José do Rio Preto).

Segundo o professor Arthur de Macedo, vice-diretor da Faculdade de Medicina e responsável pela administração do convênio, "com a chegada de equipamentos importados e a possibilidade de comprarmos produtos nacionais, a UNESP vai dar um importante passo rumo à modernização de suas pesquisas e serviços em saúde".

OUTROS

Já foram firmados ou ainda estão em processo de assinatura os seguintes convênios:

— com a EMBRAPA, destinado ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico e sua aplicação na produção agropecuária, florestal e afins (FE — Ilha Solteira).

— com a CETESB, visando a cooperação técnico-científica nos campos de conservação e desenvolvimento de ecossistemas, toxicologia ambiental, métodos de saneamento e educação ambiental (IBBMA — Botucatu).

— com o MEC, para o projeto "Implantação de um Laboratório de Geo-Informática", aprovado pela Coordenação do Programa Nova Universidade no valor de Cz\$ 247.000,00 (IGCE — Rio Claro).

— com a FINEP, para a transcrição do acervo das publicações periódicas da rede de bibliotecas da UNESP no catálogo coletivo na-



O professor Ricardo Veiga e o secretário Gilberto Dupas, na assinatura do convênio.

Produção de sementes na FCA

A Faculdade de Ciências Agrômicas (FCA) — campus de Botucatu, e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento assinaram um convênio visando a produção de sementes certificadas de milho e arroz. A solenidade, realizada dia 8 de agosto na FCA, contou com a presença do secretário Gilberto Dupas.

O contrato inicial estipula a produção de três mil sacas de sementes de milho e trezentas sacas de arroz no ano agrícola 1986/87, que serão distribuídas para pequenos agricultores. O objetivo da Secretaria da Agricultura é aumentar a produtividade, dada a melhor qualidade das sementes certificadas. "Esse convênio — segundo o diretor da FCA, professor Ricardo

de Arruda Veiga — vai ajudar no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa e também cooperar na solução dos problemas de abastecimento de alimentos básicos".

RECUPERAÇÃO

Em 1974, as fazendas Lageado e Edgárdia — onde está instalada a FCA — tiveram seus nomes substituídos para "Estação Experimental Presidente Médici". Como professores, alunos e funcionários, além da população de Botucatu, não chegaram a absorver a substituição, a Congregação da unidade aprovou, por unanimidade, o retorno oficial às denominações anteriores.

cional do IBICT, que será executado pela Biblioteca Central — Marília, no valor de Cz\$ 30.000,00.

— com a Universidade do Sagrado Coração de Bauru, visando à atuação do curso de enfermagem na extensão de serviços à comunidade no campus avançado de Humaitá, Esta-

do do Amazonas e na Área — Programa Vale do Ribeira.

— com o Ministério da Indústria e do Comércio, que através de sua Secretaria de Tecnologia Industrial deverá examinar à Biblioteca Central, documentos de interesse da comunidade, bem como oferecer intercâmbio e treinamento de pessoal especializado.

Cenp/UNESP continuam os cursos neste semestre

Os cursos realizados através do convênio CENP/UNESP, para professores de 1º e 2º graus, continuam sendo ministrados neste 2º semestre.

Para o mês de agosto e setembro foram programados 43 cursos, que serão dados por docentes de onze unidades da UNESP, sendo dez cursos na área de Matemática, catorze de Língua Portuguesa, seis de Ciências, oito de Educação, dois de Geografia e três de História.

Campus Avançado de Humaitá forma professores da Rede

O convênio entre a UNESP e a Secretaria da Educação do Amazonas proporcionou a formação superior (licenciatura curta) de 137 professores da rede oficial de ensino daquele Estado; 44 em Letras, 43 em Ciências e 50 em Estudos Sociais. A cidade sede do convênio foi Humaitá, onde está instalado um campus avançado, e a maioria dos formandos reside em cidades ao longo dos rios Madeira e Negro.

Os cursos — com aulas em julho, janeiro e fevereiro — tiveram início em 1983 e a colação de grau se deu no dia 2 de agosto último.

CPE recebe inscrições até outubro

A Comissão de Projetos Especiais — CPE — informa que já estão abertas (de 1º de setembro a 30 de outubro) as inscrições aos interessados em pleitear auxílio financeiro da Universidade para projetos de pesquisa. As instruções sobre o procedimento estão no manual da CPE; maiores informações pelo telefone (011) 36-4259, na Reitoria.

AUXÍLIO A
PROJETOS DE
PESQUISAS

PROCEDIMENTOS

- Consulte o manual da CPE
- Informações: 011-36 4259
- Inscrições de 01 de setembro a 30 de outubro de 1986

Realização: Comissão de Projetos Especiais - CPE

Docentes em atividade

• O professor Nilo Odália, diretor do ILCSE — Araraquara, participou do debate "Educação e Constituinte", dia 15 de agosto, promovido pelo Ministério da Educação e transmitido via Embratel pela rede de TV Educativa.

• A professora Tereza Higashi Yamabe, do Departamento de Ciências Ambientais do IPEA, campus de Presidente Prudente, recebeu convite do governo do Japão para participar, no período de 28 de agosto à 19 de novembro, de um curso de treinamento em Geotermia na Universidade de Fukuoka. Como única representante do Brasil, sua bolsa foi concedida pela Japan International Cooperation Agency — JICA.

• O professor Júlio César Canille Martins, do Departamento de Álgebra, Cálculo e Geometria do IBILCE, campus de São José do Rio Preto, durante o período de um ano, a partir de 15 de setembro, desenvolverá estudos na área de Sistemas Dinâmicos Complexos no Institut de Recherche Mathématique Avancée de Université Louis Pasteurs, em Strasbourg na França.

• Os professores do campus de Rio Claro, Sônia Maria Tauk (Departamento de Ecologia-IB), Mário Sérgio Palma (Departamento de Bioquímica-IB) e Antônio José Bucalon (Departamento de Física-IGCE) participaram, de 7 a 13 de setembro, do XIV International Congress of Microbiology, em Manchester, Inglaterra. Eles foram contemplados com o prêmio "Microbio 1986" concedido trienalmente para equipes emergentes em microbiologia do terceiro mundo. O prêmio — uma bolsa que cobre as despesas de viagem ao Congresso — foi atribuído também para três alunas da pós-graduação em Biologia Vegetal do IB: Sandra Regina Ceccatto, Derlene Silva Atili e Iracema Helena Schoenlein.

• O trabalho do professor Luiz Carlos de Souza, da FMVZ, — "Salmonelas e Coliformes de origem fecal em água de bebida para animais" — foi selecionado para apresentação no IV Simpósio Internacional sobre Ecologia Microbiana, realizado de 24 a 29 de agosto em Ljubljana, Jugoslávia.

Teses defendidas

• Luis Antonio Amaral (ILCSE — Araraquara), "O sistema de pronomes pessoais no português", mestrado, dia 22 de agosto, no ILCSE.

• Vera Tercsa Valdemarin Gonçalves (ILCSE — Araraquara), "O artifício do natural — Ensaio sobre a naturalização do histórico nas teorias pedagógicas contemporâneas", mestrado, dia 14 de agosto, na UFSCar.

DCE realiza prova pedestre

Integração entre os estudantes e ajudar a promover os que se dedicam ao atletismo, são os principais objetivos da IV Volta Universitária de Araraquara, a ser realizada pelo DCE no dia 27 de setembro. O percurso, com 7,5 Km, terá como ponto de partida o ginásio de esportes "Castelo Branco" e de chegada o ILCSE, passando pelas faculdades de Farmácia e de Odontologia e pelo Instituto de Química.

As inscrições podem ser feitas por carta ao DCE (ILCSE-Araraquara) ou até duas horas antes do início da prova, que começará às quatro da tarde.

Alunos se reúnem em Franca

O DCE promoverá nos dias 3, 4 e 5 de outubro, no campus de Franca, o I Encontro de Estudantes de Ciências Humanas da UNESP. O objetivo é discutir questões como mercado de trabalho, currículo, situação das Ciências Humanas, entre outras.

Informações detalhadas podem ser obtidas na sede do DCE, no ILCSE-Araraquara, ou no Diretório Acadêmico do campus de Franca.

NOVO ESTATUTO

Maioria se absteve no plebiscito

O plebiscito a que foi submetido o ante-projeto do novo estatuto da UNESP, entre os dias 26 a 29 de agosto, apontou o "sim" como vencedor mas o número de abstenções foi superior ao de votantes. Para um total de 20.281 eleitores, 9.370 (46,2%) compareceram às urnas, enquanto 10.911 (53,8%) se abstiveram de dar o referendo ao documento elaborado com base nas deliberações das três sessões do Congresso de Reestruturação, onde os três segmentos estiveram representados paritariamente por delegados. Entre os que votaram no plebiscito, 6.870 (73,3%) optaram pelo sim e 2.176 (23,2%) pelo não.

O segmento que apresentou maior proporção de votantes foi o dos professores, com 62,1% de comparecimento; mais foi também entre estes que houve maior divisão: 54,8% sim e 41,7% não.

Por outro lado, a tendência pela aprovação foi bem acentuada entre os estudantes (87% dos que votaram optaram pelo sim), no entanto, este segmento apresentou o índice mais alto de desinteresse: 62,3%. Pouco mais da metade dos funcionários votaram (54,8%) e a maioria desses (65,5%) aprovou o documento.

ESCLARECIMENTOS

A Comissão Central de Reestruturação — que procedeu à apuração total e final dos votos nos dias 4 e 5 de setembro — tem a esclarecer (em relação aos números mostrados nos quadros abaixo):

— Os alunos da FATEC — São Paulo, excluídos dos números, não remeteram os resultados eleitorais. A eleição foi suspensa pelo Centro Acadêmico XIII

de Abril, e a Comissão Central já tomou as providências que o caso requer;

— Conforme o ofício DFS 219/86, de 2 de setembro último, os docentes da FATEC — Sorocaba esclarecem que deixaram de votar por não concordarem com a passagem das FATECs para a UNESP, segundo prevê o ante-projeto do Estatuto. Dessa forma, também ficaram excluídos dos números.

— Como, no ante-projeto, a estrutura da Reitoria não inclui a Biblioteca Central, os funcionários desta resolveram não se manifestar no plebiscito. Nos quadros de apuração os funcionários da BC estão somados aos da Reitoria;

— Os funcionários das Administrações Gerais de Araraquara, Botucatu e Rio Claro foram incluídos, para efeito de apuração, em uma das unidades do cam-

Os votos em cada Unidade...

CAMPUS	UU	DOCENTES						ALUNOS						FUNCIONÁRIOS					
		E	V	S	N	Nl/B	A	E	V	S	N	Nl/B	A	E	V	S	N	Nl/B	A
Araçatuba	FO	100	77	61	11	5	23	346	244	222	13	9	102	202	162	142	17	3	40
Araraquara	FCF	67	55	24	27	4	12	364	155	143	8	4	209	122	101	43	53	5	21
	FO	101	69	33	34	2	32	309	149	133	7	9	160	308	231	46	175	10	77
	IQ	73	64	17	40	7	9	193	136	89	33	14	57	109	92	45	35	12	17
	ILCSE	170	92	56	33	3	78	1.032	36	28	4	4	996	81	67	54	11	2	14
ASSIS	ILHP	143	72	61	9	2	71	1.094	129	117	6	6	965	144	76	62	12	2	68
Botucatu	FM	177	125	101	17	6	52	738	436	421	10	5	302	1.507	670	584	69	17	837
	FMVZ	77	62	52	10	0	15	272	106	89	23	4	156	229	142	106	32	4	87
	IBBMA	148	121	72	45	4	27	210	80	74	2	4	130	225	158	95	56	7	67
	FCA	84	61	31	28	2	23	175	152	144	3	5	23	302	155	78	71	6	147
Franca	PHDSS	78	51	46	5	0	27	591	134	123	7	4	457	91	64	59	4	1	27
Guaratinguetá	FE	106	54	9	45	0	52	420	101	23	76	2	319	177	91	26	59	6	86
Ilha Solteira	FE	165	57	30	25	2	108	524	293	92	166	35	231	227	61	23	16	22	166
Marília	FEFCS	129	63	35	26	2	66	548	156	130	19	5	392	115	42	35	6	1	73
P. Prudente	IPEA	104	71	63	5	3	33	553	210	202	5	3	340	155	103	88	13	2	52
Jaboticabal	FCAV	242	146	106	30	10	96	762	301	293	5	3	461	548	307	277	18	12	241
Rio Claro	IGCE	134	91	27	64	0	43	613	220	206	9	5	393	132	116	26	90	0	16
	IB	109	65	34	27	4	44	487	261	248	11	2	226	236	71	66	4	1	165
São Paulo	IAP	58	43	35	7	1	15	267	87	81	1	5	160	70	59	32	22	5	11
S. J. Campos	FO	93	69	50	18	1	24	191	131	118	12	1	60	126	60	39	21	0	66
Rio Preto	IBILCE	150	98	20	78	0	52	882	374	369	4	1	506	158	87	43	41	3	71
Reitoria														514	191	40	145	7	323
São Paulo	FATEC	328	185	17	166	2	143							151	124	94	27	3	27
Sorocaba	FATEC							631	392	389	3	0	439	50	45	43	2	0	5
Em trânsito			8	8	7	0	1	0	3	3	3	0	0	0					

Legenda: E - eleitores, V - votantes, S - sim, N - não, Nl/B - nulos e brancos, A - abstenções. Fonte: Comissão Central.

... e o resumo por segmentos

SEGMENTO	eleitores		votantes		abstenções		sim		não		nulos		brancos	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Docentes	2.897		1.799	62,1	1.098	37,9	987	54,8	750	41,7	13	0,7	51	2,8
Alunos	11.405		4.296	37,7	7.109	62,3	3.737	67,0	427	10,0	38	0,9	94	2,1
Funcionários	5.979		3.275	54,8	2.704	45,2	2.146	65,5	999	30,5	41	1,3	90	2,7
Total	20.281		9.371	46,2	10.911	53,8	6.870	73,3	2.176	23,2	92	1,0	235	2,5

CAOE promove Jornada sobre excepcionais

Estará sendo realizada na Faculdade de Odontologia de Araçatuba, no período de 13 a 18 de outubro, a 1ª Jornada Odontológica Brasileira de Estudos sobre Pacientes Especiais. Trata-se de uma realização do Centro de Assistência Odontológica a Excepcionais — CAOÉ daquela unidade, e da Associação

Brasileira de Odontologia para Pacientes Especiais — ABOPE, visando a formação de uma consciência preventiva e assistencial para este grupo, assistido em nosso meio de forma esporádica e sem critérios científicos definidos. A programação desta 1ª JOPE foi estabelecida de maneira a oferecer ao clínico e

estudante de Odontologia, Medicina, Psicologia, Serviço Social e Enfermagem, experiências sobre pacientes especiais. Os interessados deverão solicitar fichas de adesão no CAOÉ — Rua José Bonifácio, 1193 — Araçatuba — Cep — 16100.



Reitor enfatiza função da Universidade

"A conferência proferida por Jean-Paul Sartre na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, em 1960, deixa, a partir de agora, de ser um texto 'oculto', desses que todos sabem existir mas não o conhecem. Assim, a UNESP se orgulha de estar, conjuntamente com a Editora Paz e Terra, facilitando o acesso do grande público e dos estudiosos a esse documento repleto de valor teórico e de registro de época". A afirmação é do reitor Jorge Nagle, feita no lançamento do livro "Sartre no Brasil: A conferência de Araraquara", realizado no dia 1º de setembro, na Reitoria.

O livro, com 103 páginas, foi traduzido pelo professor Luiz Roberto Salinas Fortes, que faz a introdução da obra. O texto é fruto da conferência proferida pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre no dia 4 de setembro de 1960 na antiga FFCL, hoje Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — ILCSE. A edição — apresentada na forma bilíngüe (português/francês) — conta ainda com um importante material iconográfico: em oito páginas são mostradas dez fotos que registram a passagem de Sartre por Araraquara.

DEZ ANOS

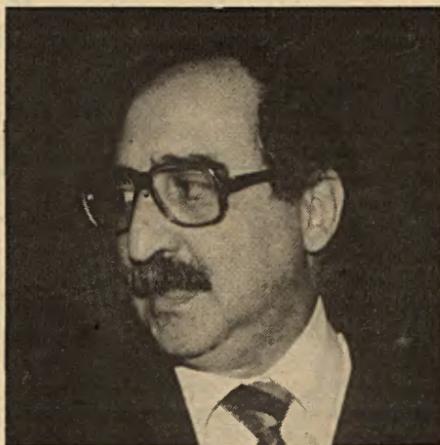
A publicação do livro está incluída na programação dos dez anos de criação da UNESP, período de "promessas, dificuldades, luta e também de avanços reais", lembrou Jorge Nagle. "A UNESP nasceu em pleno autoritarismo; sofreu as consequências do clima e das práticas da época, e teve assim represado muito de seu potencial — continuou. Porém, jamais se acomodou às injunções do presente. Com paciência, lucidez e graças ao esforço articulado dos segmentos que a integram, soube construir novos caminhos".

O reitor observou, no entanto, que no momento em que completa seu décimo aniversário, a Universidade vive em nova fase:

"Procurando agir com base na democracia e no equilíbrio entre competência e participação, a nova UNESP quer se inserir de forma ativa e com personalidade própria na vida científica e cultural brasileira, mantendo-se ao mesmo tempo atenta aos grandes movimentos de idéias que organizam o mundo moderno. Quer colaborar para o encontro de soluções dos grandes problemas do país, para o crescimento da produção científica

nacional, para a melhoria radical da qualidade do ensino de 1º, 2º e 3º graus em São Paulo e no Brasil".

A publicação da conferência de Sartre em Araraquara, segundo Jorge Nagle, "trata-se de uma iniciativa que simboliza a nova UNESP que pretendemos organizar". Lembrando que o filósofo francês não foi apenas um dos grandes pensadores do século XX mas também um homem de ação, um escritor instigante, um crítico implacável da sociedade capitalista, da alienação e das injustiças sociais, o reitor enfatizou que "o texto ora publicado é uma aposta nas possibilidades de se investigar e compreender o 'homem histórico concreto', a práxis humana coletiva". E completou: "É uma veemente defesa da necessidade de trabalharmos, na



ciência, rejeitando a idéia do homem como objeto à necessidade de sermos, para usar as palavras de Sartre, 'humanos com o homem'. Um texto que contém em si a tarefa maior do pensamento científico: fazer a crítica do mundo existente, dessacralizá-lo, conhecê-lo como realmente é, oferecendo assim novas possibilidades para a intervenção consciente do homem".

NO LOCAL

A diretoria do ILCSE vai — provavelmente dia 24 próximo — fazer o lançamento também em Araraquara, realizando uma mesa-redonda no mesmo local onde Sartre proferiu a conferência. E o livro "Sartre no Brasil..." estará à venda nas bibliotecas da UNESP, brevemente.

Intelectuais elogiam publicação

O lançamento do livro foi também uma reunião, depois de 26 anos, de alguns daqueles seguidores e atentos ouvintes do filósofo, na então Conferência. Na oportunidade, a editora Paz e Terra vendeu 70 exemplares, o que demonstra, já no início, um êxito tanto para a editora como para a Universidade.

O professor de Filosofia da USP e tradutor da conferência, Luiz Roberto Salinas Fortes, compareceu ao lançamento, animado com a publicação, apontando sua importância, "em primeiro lugar por se tratar de um texto inédito de Sartre, e, em segundo, por estar havendo no momento um reavivamento do interesse pelo pensamento de Sartre, pois muitos textos póstumos estão sendo publicados na França, e este vem se somar a esta onda de se obter novos trabalhos de Sartre". O professor ainda lembra o caráter simbólico desta publicação, quando a UNESP comemora seus 10 anos, e afirma que "a ida de Sartre para Araraquara, foi inteiramente especial, por ser a única conferência sobre Filosofia que ele fez no Brasil: Portanto, comemorar e registrar essa memória é muito importante".

O evento contou também com a presença do adido cultural da França no Brasil, Yvon Vache, para quem a publicação do livro foi uma "agradável surpresa". Além da publicação recente de uma biografia do filósofo, a Conferência de Araraquara "vem ajudar a retomada do pensamento de Sartre", observou. "Lendo a conferência, noto que o que disse Sartre sobre as ideologias liberais é justamente o que está acontecendo hoje em vários paí-



O auditório da F.F.C.L. ficou lotado para ouvir Sartre

ses. Como se há 26 anos ele tivesse tido uma premonição de questões que seriam abordadas futuramente", disse.

Já o professor Roberto Romano, da UNICAMP, faz uma analogia entre a iniciativa da FFCL em levar Sartre para Araraquara e a da Reitoria em publicar a conferência neste momento: "Apesar de ser um instituto isolado, ficou claro que na FFCL não havia isolamento do pensamento, pois se estava convidando um filósofo de vanguarda. Da mesma forma, depois de uma ditadura extremamente violenta,

a UNESP, ao publicar Sartre, procura fazer a mesma coisa: expandir os limites do pensamento que existe dentro dela. É uma retomada de atitude aberta para o mundo".

"É uma espécie de reconhecimento de maioria intelectual e científica da nova Universidade, que nasceu daqueles institutos isolados, publicar a palestra de Sartre", afirma o professor José Aluísio Reis de Andrade, do ILCSE — Araraquara, que também é autor do texto de uma das "orelhas" do livro.

Oportunidade e significado

dições peculiaríssimas tanto pessoais — primeira visita ao país e à América Latina, defensor internacional da revolução cubana e do nacionalismo argelino que se insurgia contra o imperialismo francês em decadência — quanto do Brasil, confere-lhe um sabor especial que os vinte e seis anos de distância não destrói.

Joga-lhe apenas um pouco de pó que se deve removê-lo, pois a pátina do tempo frequentemente mais oculta do que revela. Não se pode compreender perfeitamente o texto se não tivermos em mente a situação em que foi produzido. Um ano antes, Fidel Castro alcançava o poder em Cuba e instalava ou estava em vias de instalar o primeiro governo marxista na América Latina — o famoso quintal dos Estados Unidos da América; o Brasil vivia a euforia dos anos desenvolvimentistas de J.K., o país respirava um clima de euforia política, embalado na doce crença de que a democracia viera para ficar; nossa esquerda acreditava não só na democracia burguesa, mas sonhava em reproduzir no país a experiência cubana.

Decodificar um texto é também um problema de se lhe aplicar uma metodologia adequada e Sartre, astucioso, não deixou de nos dar a pista. A dialética do interrogador e do interrogado a que ele alude demoradamente no texto parece-me ser a chave. Só que aqui, ao inverso do que ocorre com a antropologia, quem interroga não é o homem que vem de uma sociedade e uma cultura pretensamente mais avançada, o interrogante é o homem do país subdesenvolvido que busca na resposta do homem de uma cultura mais velha os caminhos de sua perplexidade e de seus anseios.

Não é, portanto, desprovido de significação o fato de que a conferência se organiza em torno de uma pergunta formulada, de maneira percuciente e inteligente, pelo então jovem e talentoso — hoje apenas menos jovem — professor Fausto Castilho.

Menos do que a resolução de um problema filosófico — a superação da filosofia sem a sua realização —, a pergunta implicava e propunha um roteiro de superação de nossas próprias dificuldades.

E Sartre aceitou o desafio, produzindo uma conferência que se pode deixar a desejar, aos olhos dos críticos mais exigentes, quanto aos seu rigor filosófico, por não ser um texto trabalhado demoradamente — não se deve esquecer que a fala de Sartre foi de certa maneira improvisada — é um balanço pessoal que comprometia interrogador e interrogado. Descrevendo as vias que o conduziram de "O Ser e o Nada" à "Crítica da Razão Dialética", de Mathieu ao homem engajado com a revolução cubana, com a causa argelina, do existencialismo apenas individual a um marxismo — o Saber — em que o existencialismo — a ideologia — tem algo a dizer, Sartre extrapola o subjetivo, o pessoal, o episódico, para nos dar, de Marx a Levi-Strauss, um quadro rico e complexo que não nos deixa outra chance senão o de nele nos reconhecermos. Incorporando-se à pergunta, Sartre se desvenda e aos se desvendar, desvenda-nos. E ainda uma vez se produz o milagre cotidiano do conhecer-se a si próprio através do outro. (Nilo Odália — ILCSE Araraquara)



Vinte e seis anos depois, é publicada, pela UNESP/Editora Paz e Terra, a conferência proferida por Jean Paul Sartre, em 1960, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Araraquara.

É um longo tempo decorrido. Impõe-se, por isso, preliminarmente, perguntar-se, de um lado, da oportunidade da publicação; de outro, do que significava esse texto para a obra do pensador francês.

Creio que as respostas a essas questões devem ser dadas num sentido positivo, a saber, o texto conserva seu interesse e se não inova o que já conhecemos da obra de Sartre também não a desmerece.

Um texto de Sartre, produzido em con-

Professores de Humanidades aprovam simpósio

Cerca de 180 professores participaram do I Simpósio de Ciências Humanas sobre a produção científica na Unesp, realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto no Campus de Marília. Foi uma jornada de reflexão, troca de experiências e busca de novos caminhos, à qual não faltou uma avaliação crítica das condições em que se realiza a pesquisa entre nós. Aliás, esse foi o tema dominante em todas as discussões, impulsionado por uma mesa-redonda sobre a questão do financiamento e da infraestrutura que contou com a participação do reitor Jorge Nagle, do Diretor Científico da Fapesp, Flávio Fava de Moraes, e do Diretor de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, José Nilo Tavares.

Divididos em 12 grupos de trabalho — Estado de São Paulo, Movimentos sociais, Ideologia, Vida nas cidades, Organização do Trabalho, Problemas da prática pedagógica, História e Teorias da Educação, Estado Brasileiro, Saúde, Agricultura e capitalismo, Infância, Cultura — os professores procuraram também traçar algumas diretrizes gerais e sugestões para a formulação de uma efetiva política de pesquisa na Unesp. Muito reafirmada, nesse particular, a precariedade do “sistema” de comunicação científica entre os pesquisadores das diversas unidades da área, com atenção mais detalhada para a questão das revistas da Unesp, para a criação e/ou generalização dos núcleos de estudos e pesquisas interdisciplinares e para o de-



Em Marília, os professores debateram a pesquisa nas Ciências Humanas

envolvimento de esforços que culminem na elaboração de projetos institucionais de pesquisa. A questão da interdisciplinaridade foi ainda objeto de uma segunda mesa-redonda, da qual participaram os professores Bento Prado Jr. e Maria Sylvania de Carvalho Franco.

A Comissão Organizadora — integrada por docentes de Assis, Araraquara,

Franca e Marília — ficou encarregada de preparar e divulgar os anais do encontro, que deverão sintetizar as resoluções e sugestões apresentadas nos grupos de trabalho e na plenária final. Porém, mesmo sem as conclusões e avaliações definitivas, o consenso entre os participantes foi de que o Simpósio ficou marcado pelo êxito. E deve, por isso, ser transformado em evento regular.

Docentes de Exatas e Tecnologia se reúnem em S. J. do Rio Preto

O simpósio de Ciências Exatas e Tecnologia — o segundo da série de seis — será realizado de 17 a 19 deste mês no campus de São José do Rio Preto. Estarão presentes docentes-pesquisadores de dezesse sub-áreas, que acompanharão a seguinte programação: dia 17, às 20 horas, palestra do vice-reitor Paulo Landim sobre o tema “Política de Ciências Exatas e Tecnologia na UNESP”; dia 18, às 9 horas, mesa redonda — “Investimentos em Ciências Exatas e Tecnologia no Brasil” — com a participação de representantes de agências de fomento à pesquisa; às 14 horas, reuniões dos grupos de trabalho setoriais; às 20 horas, evento cultural. No dia 19, às 9 horas, relato dos grupos de trabalho; às 14 horas, debate — “Avaliação e perspectivas da pesquisa em Ciências Exatas e Tecnologia na UNESP”; às 20 horas, jantar de encerramento.

O simpósio seguinte — Ciências Biológicas — será realizado de 8 a 10 de outubro, no campus de Rio Claro.

FO de Araçatuba promove reciclagem permanente

A importância da universidade na formação profissional é um tema bastante explorado, mas se o assunto for estendido poderá chegar a uma área não muito considerada pela academia: a reciclagem dos conhecimentos dos profissionais que ela mesma forma. A realização de congressos, seminários, simpósios e a publicação de novos trabalhos são suficientes para manter atualizados os conhecimentos dos profissionais no mesmo ritmo e intensidade em que se descobertas e os avanços científicos se vão verificando? Pode ser.

A Faculdade de Odontologia (FO), campus de Araçatuba, porém, dedica ao assunto “reciclagem” um tratamento mais sistemático. Desde 1975 ela realiza Curso de Educação Continuada, destinados basicamente para cirurgiões dentistas mas que arrebanha também contingentes de seus próprios docentes e alunos.

Depois de onze anos de sua criação, os cursos de Educação Continuada estão definitivamente consolidados na FO, não só porque a própria Faculdade entende ser a reciclagem um de seus principais papéis mas também porque os próprios cirurgiões-dentistas da região de Araçatuba já vêem o retorno ao banco escolar um fator de sucesso para sua própria carreira.

“Nos Estados Unidos, o profissional de odontologia é obrigado a reciclar seus conhecimentos periodicamente” — informa o professor Antônio Cesar Perri de Carvalho. “Do contrário — continua — ele fica excluído de associações da categoria e não pode exercer a profissão. É



O professor Reinaldo Mazzotini, da Faculdade de Odontologia de Bauru deu um curso em Araçatuba.

uma questão de se assegurar a qualidade dos serviços profissionais e, ao mesmo tempo, proteger a sociedade”.

ORGANIZAÇÃO

Mas se as regras da Odontologia no Brasil não chegam a tal severidade, a FOA pelo menos procura fazer o que é de direito nos Estados Unidos uma situação de fato no País. E para isso os cursos de Educação Continuada gozam de estrutura e organização próprias na Unidade. A começar pela criação da CEDEC (Comissão Especial dos Cursos de Educação Continuada), integrada por quatro docentes, dois das áreas básicas, dois das áreas profissionalizantes, substituídos a cada dois anos.

O calendário e o programa são elabo-

rados no ano anterior ao da realização dos cursos, o que possibilita ao formando uma verdadeira continuidade na sua relação com a Universidade. “No dia da colação de grau entregamos aos formados uma publicação com a programação dos cursos para o ano seguinte”, afirma o professor Perri. “Se no momento da realização das aulas já se chegou a uma nova técnica, o recém-formado terá a oportunidade de renovar aquilo que ele havia acabado de aprender”.

Nos últimos quinze anos, a Odontologia vem experimentando uma evolução constante e acelerada tanto na área biológica como na técnica, o que é o bastante para despertar os profissionais que trabalham em consultório da necessidade de atualização. Mas não só isso. Eles também são chamados a opinar sobre os assuntos mais interessantes para serem objeto da Educação Continuada. Isso é feito através desde conversa entre os docentes e os profissionais-alunos durante as aulas até por questionários aplicados pela CEDEC. Segundo Perri de Carvalho, os dentistas têm preferência pelos cursos práticos.

Os docentes da FO também são consultados tanto sobre os assuntos a serem abordados nos cursos como na sua disponibilidade de ministrar as aulas. No entanto, a CEDEC prefere chamar docentes de outras universidades, para facilitar o intercâmbio de idéias e conhecimentos.

Aliás, a presença de profissionais formados na Universidade não favorece somente aqueles. Esta também ganha: “Na medida que é o dentista que está

diariamente atendendo vários pacientes em seus consultórios, eles também nos trazem informações importantes”, diz Perri de Carvalho. Ganha também a população de baixa renda de Araçatuba, que é atendida gratuitamente durante as aulas práticas.

E o número de atendimentos não é pequeno, a considerar pelo número de profissionais que frequentam os cursos: entre setenta e oitenta. Cursos rápidos, de final de semana, chegam a ter quase duas centenas de inscritos. A maioria exerce a profissão em Araçatuba e região mas há muitos dentistas de cidades mais distantes de São Paulo e também de outros Estados, como Norte do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul.

A programação de cursos preenche todo o ano (foram realizados quatro no primeiro semestre e outros quatro estão previstos para o segundo). E a clientela vem aumentando. No ano passado, a CEDEC começou a organizar cursos para funcionários, a pedido da Associação da categoria, transmitindo informações básicas sobre odontologia. Começou a organizar também cursos para todos os segmentos da FO, como “Fundamentos da Redação” e “Princípios Básicos de Fotografia em Laboratório”. Os custos, cobertos pela própria Faculdade, não chegam a grandes somas, pois a maioria dos professores convidados dispensa o pagamento de jeton e ainda ficam hospedados nos apartamentos do campus. Para os inscritos, a taxa cobrada tem um valor simbólico: meia OTN (Cz\$ 53,20) para os profissionais e 1/4 de OTN para alunos (Cz\$ 26,60).